

## **NOTA**

### **As votações na Câmara dos Deputados até as eleições gerais de 2010**

De: Lecio Moraes, Flávio Tonelli e Osmar Aguiar.

Em: 27 de janeiro de 2010.

Esta nota tem o objetivo de relacionar as principais proposições que poderão ser postas à apreciação do Plenário antes das eleições gerais de 2010. Para a seleção das matérias listadas utilizaram-se os critérios de relevância normativa, de viabilidade política da apreciação, da existência de polêmica interna ou externa e de tempo regimental possível. Esses critérios foram utilizados conjunta ou isoladamente, sem distinção do mérito para cada uma das proposições listadas.

O objetivo é dar uma ideia geral de proposições que estarão ou que poderão estar em discussão e em votação no Plenário neste último ano da Legislatura, subsidiando a ação da Bancada e de sua Liderança.

As matérias foram ordenadas segundo sua situação regimental no início da sessão legislativa anual em quatro diferentes grupos: em primeiro, aquelas proposições já constante de ordens do dia ou prontas para o Plenário; em segundo, aquelas ainda em apreciação por comissões permanentes ou especiais, mas que reúnem condição de ir a Plenário; em terceiro aquelas que estando em revisão no Senado, ou de lá originárias podem chegar à apreciação; e em um quarto grupo formado por outras proposições ainda em estágio de anteprojeto no Poder Executivo, mas que, pela importância e a prioridade a elas concedidas pelo Executivo, poderão chegar a Plenário.

## MATÉRIAS PRONTAS PARA O PLENÁRIO

<b>Proposição</b>	<b>Tema</b>	<b>Situação</b>
PL 2.502/2007 (tendo apensado o PL 5.938, do Executivo)	Regime de partilha para o Pré-sal.	Em votação no Plenário; em urgência (art. 155). Aprovado o substitutivo; pendente de votação os três últimos destaques, incluindo a “emenda Ibsen Pinheiro”.
PL 5.417/2009 (tendo apensado o PL 5.940, do Executivo)	Fundo Social do Pré-sal.	Na Ordem do Dia, urgência (art. 155).
PL 5.941/2009 (Executivo)	Capitalização da Petrobras.	Na Ordem do Dia, urgência (art. 155).
PL 5.186/2005 (Executivo)	Altera a Lei Pelé: caracterizar a entidade de prática desportiva como formadora de atleta (escolinhas); normatiza o contrato de trabalho desportivo; define o direito de arena como a capacidade do clube de negociar a imagem coletiva dos jogos; e responsabiliza os dirigentes pela má gestão financeira.	Na Ordem do Dia, com parecer da Comissão Especial pela aprovação, com substitutivo.
PL 01/2007 (Executivo), emenda do Senado.	A emenda única do Senado assegura aos benefícios da Previdência Social o mesmo reajuste e a mesma política de valorização estipulados para o salário mínimo.	Na Ordem do Dia, urgência (art. 155).
PL 3.299/2008 (Senado)	Extingue o fator previdenciário; o valor da aposentadoria da Previdência volta a ser calculado de acordo com a média aritmética simples dos 36 maiores salários de contribuição, apurados em período não superior a 48 meses.	Pronto para a Ordem do Dia, com parecer favorável da Comissão de Seguridade e da CCJC; pendente de parecer da CFT.

<b>Proposição</b>	<b>Tema</b>	<b>Situação</b>
MP 472/2009	A extensa MP trata de cinco importantes temas: cria ou prorroga incentivos fiscais a cinco diferentes setores; fecha brechas de elisão ao imposto de renda de pessoas físicas; eleva a oferta de crédito ao setor naval e faz novo e importante reforço de capital para o BNDES, de R\$ 80 bilhões; dá novo tratamento tributário ao cluster tecnológico da indústria aeronáutica (S. José dos Campos); altera regras do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), dando-lhe mais agilidade; e reajusta o valor das taxas de serviços da SUSEP e INMETRO.	A proposição tranca a pauta do Plenário em 12/03/2010.  Prazo para emendas encerrado em 22/12/2009. Sem relator designado.
MP 474/2009 (Executivo)	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010 e estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2011 e 2023.	A proposição tranca a pauta do Plenário em 19/03/2010.  Prazo para Emendas: 02 a 07/02/2010. Relator: Pepe Vargas (PT-RS).
MP 475/2009 (Executivo)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios da Previdência Social em 2010 e 2011.	A proposição tranca a pauta do plenário em 19/03/2010.  Prazo para Emendas: 02 a 07/02/2010. Relator: C. Vaccarezza (PT-SP).
PLP 306/2008 (Senado)	Valores mínimos de gastos para aplicação em Saúde (Emenda 29)	Na Ordem do Dia, urgência (art. 155).
PL 203/1991 (Senado)	Coleta e destinação final de resíduos de serviços de saúde.	Na Ordem do Dia, urgência (art. 155).
PLP 351/2002 (Senado)	FPE Verde: cria reserva do FPE para Estados que abriguem unidades de conservação ou terras indígenas.	Na Ordem do Dia, em prioridade.
PL 4.530/2004 (da Comissão de Políticas para a Juventude)	Plano Nacional de Juventude.	Na Ordem do Dia, em prioridade, com parecer pela aprovação, com substitutivo, da Comissão Especial.
PLP 124/2007 (F. Dino)	Dispõe sobre a arguição de infidelidade partidária.	Na Ordem do Dia, em apreciação ordinária.
PL 583/2007 (A. Portugal)	Proibição de revista íntima de funcionárias em locais de trabalho.	Na Ordem do Dia, em apreciação ordinária.
PL 265/2006 (P. Maluf)	Cria a figura da improbidade para procurador que ajuíza ação civil pública de forma temerária ou de má-fé.	Na Ordem do Dia, em apreciação ordinária.

<b>Proposição</b>	<b>Tema</b>	<b>Situação</b>
PL 6.616/2009 (Executivo), apensado ao PL 3.760/2004.	Adiciona os tipos penais qualificados de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, tornando-os hediondos e passíveis de prisão temporária.	Pronto para a Ordem do Dia, com parecer contrário ao PL 3.760/2004, no mérito, da CCJ e da Com. Segurança, sem apreciação do PL apensado.
PEC 471/2005 (João Campos)	A PEC dos Cartórios, efetivando os atuais responsáveis por cartórios que trabalham sem concurso público e exercem o cargo como interinos e substitutos	Pronto para a Ordem do Dia.
PEC 231/2005 (Inácio Arruda)  Ver PL 4.653/1994 (Senado)	A PEC reduz a carga semanal de trabalho para 40 horas e aumenta em 75% o valor do serviço extraordinário.	Pronta para o Plenário, com parecer favorável da Comissão Especial.

## 1. MATÉRIAS EM COMISSÕES PERMANENTES OU ESPECIAIS

<b>Proposição</b>	<b>Tema</b>	<b>Situação</b>
PL 5.139/2009 (Executivo)  CCJ	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos	Com parecer pela aprovação, com substitutivo; encerrada a discussão em 16/12/2009, matéria em votação com poder conclusivo.
PL 3.443/2008 (Senado)  CCJ	Objetiva tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.	Com parecer pela aprovação, com substitutivo, da Com. Seg. Pública; na CCJ, com parecer pela aprovação do substitutivo CSP, com emendas, aguardando votação.
PL 29/2007  CCJ	Trata da convergência tecnológica e regula o mercado de TV por assinatura, incentivando a produção audiovisual nacional.	Aprovado na CCT, com substitutivo; na CCJ, no prazo para apresentação de emendas, e aguardando designação de relator.

Proposição	Tema	Situação
<p>PL 4.653/1994 (Senado)</p> <p>Ver PEC 231/2005 (Inácio Arruda)</p> <p>Comissão de Desenvolvimento Econômico; Comissão do Trabalho</p>	<p>As proposições tratam da redução da carga semanal de trabalho de 44 para 40 horas.</p>	<p>Na Comissão de Desenvolvimento Econômico; relatora designada (V. Grazziotin), aguardo parecer. Na Comissão de Trabalho, com parecer favorável, pendente de votação. Pendente de parecer da CCJ.</p>
<p>PLP 8/2003 (Maurício Rands)</p> <p>Comissão Trabalho</p>	<p>Regulamenta o inciso I do art. 7º da Constituição Federal, sobre demissão imotivada.</p>	<p>Proposição com parecer pela rejeição na Comissão de Desenvolvimento Econômico; na Comissão de Trabalho, aguardando a votação do parecer, com substitutivo (relator Roberto Santiago).</p>
<p>PL 7.029/2006 (Executivo)</p> <p>Comissão de Seguridade</p>	<p>Sobre a venda fracionada de medicamentos.</p>	<p>Parecer pela aprovação, com substitutivo (A. Faria de Sá, relator), em discussão.</p>
<p>PL 3.337/2004 (Executivo)</p> <p>Comissão Especial</p>	<p>Lei Geral das Agências Reguladoras.</p>	<p>Parecer, com substitutivo, aguardando discussão e votação. Com urgência (art. 155) aprovada em Plenário em 06/2007.</p>
<p>PL 4.529/2004 (da Comissão de Políticas para a Juventude)</p>	<p>Estatuto da Juventude.</p>	<p>Parecer pela aprovação, com substitutivo (Manuela D'Ávila, relatora), aguardando discussão e votação.</p>
<p>PL 1.879/1999</p> <p>Comissão Especial</p>	<p>Altera o Código Florestal.</p>	<p>Em audiência; aguardando parecer (A. Rebelo, relator).</p>
<p>PLS 611/2007 (Senado), ainda sem numeração na Câmara; a ele será apensado o PLP 1/2007 (Executivo).</p> <p>Ainda não distribuído às comissões.</p>	<p>O PLS 611/07 acrescenta dispositivo à LRF para limitar e congelar o valor do gasto com pessoal e encargos sociais a partir do exercício de 2010, autorizando apenas a reposição da inflação e mais 2,5% ou a taxa de crescimento do PIB.</p>	<p>Aguardando distribuição às comissões. O PLP do Executivo que será a ele apensado encontra-se em Comissão Especial, inativa.</p>

<b>Proposição</b>	<b>Tema</b>	<b>Situação</b>
PLP 469/2009 (Executivo)  Comissão de Desenvolvimento Econômico	Dispõe sobre a interrupção da prescrição e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário; possibilita a adoção de um modelo mais amplo de transação tributária. (Projeto do Pacto Republicano).	Com o relator (João Maia), aguardando o parecer.
PL 2.412/2007 (Régis de Oliveira), tendo apensado os PLs 5.080, 5.081 e 5.082 (Executivo).  Comissão Especial	Dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas. (Projeto do Pacto Republicano).	Aguardando instalação da Comissão Especial.
PL s/ numeração (Executivo) Ainda não distribuído a comissões.	Nova Lei de Fomento e Incentivo à Cultura, que substituirá a Lei Rouanet.	Enviado pelo Executivo; aguardando distribuição às comissões.

## 2. MATÉRIAS EM REVISÃO NO SENADO OU LÁ ORIGINADAS

<b>Proposição</b>	<b>Tema</b>	<b>Situação</b>
PL 3.937/2004 (Executivo)	Transforma o CADE em autarquia e altera a legislação da defesa da concorrência.	Encontra-se no Senado, em revisão, desde 03/2009.
PL 451/1995	Para prevenir e punir atos de violência em estádios esportivos, determinando regras para existência de torcidas organizadas.	Encontra-se no Senado, em revisão, desde 05/2009.
PL 5.798/2009 (Executivo)	Vale-Cultura: criação de vale subsidiado pela União facilitando o acesso de trabalhadores a bens culturais.	Enviada ao Senado para revisão em 14/10/2009.
PL 5.939/2009 (Executivo)	Petro-Sal: criação da nova estatal para atuar na gestão estratégica das reservas do Pré-sal.	Enviada ao Senado para revisão em 12/2009.
PL 6264/2005 (Senado)	Estatuto da Igualdade Racial: legislação de apoio a populações afrodescendentes, indígenas e formadoras de outras minorias.	Aprovada por comissão especial, sem recurso ao Plenário; enviada ao Senado para revisão em 03/11/2009.
PLP 12/2003 (Sarney Filho), tendo apensado o PLP 388/2007 (Executivo).	Cooperação ambiental: estabelece as regras de cooperação entre as agências ambientais em nível federal, estadual e municipal.	Enviada ao Senado para revisão em 11/01/2010.

### 3. PROPOSIÇÕES DO PODER EXECUTIVO EM FASE DE ANTEPROJETO

Anteprojeto	Tema	Situação	
Plano Nacional de Banda Larga.	Estende o acesso da banda larga para até 125 milhões de habitantes, em até 8 anos, com base na rede de fibra óptica operada pela Telebrás.	Em discussão nos Ministérios de Comunicação e de Planejamento, previsto para ser enviado ao Câmara em fevereiro	O envio do Projeto foi anunciado pelo Ministro das Comunicações para este mês de fevereiro.
Terceirização de mão de obra.	Estende a responsabilidade da contratante do serviço sobre os terceirizados.	Aprovado no Min. Trabalho, encontra-se na Casa Civil.	Com consenso das centrais sindicais, sofrerá pressão contrária do patronato.
Consolidação das Leis Sociais.	Consolida os direitos sociais existentes.	Em elaboração na Casa Civil e Ministérios.	Proposta foi anunciada por Lula como uma das suas prioridades em 2010.
Lei Orgânica da Administração Pública Federal e Entes de Colaboração.	Estabelece normas gerais sobre Administração Pública direta e indireta, entidades paraestatais e entidades de colaboração.	Em exame na Casa Civil.	Anteprojeto foi encomendado a uma comissão de especialistas em direito administrativo. Texto ainda preliminar.
Altera a Lei da participação de trabalhadores em lucros e resultados.(PLR)	Altera a Lei atual da PLR para empregados e a lei do imposto de renda das empresas, onerando aquelas que não adotarem a participação de seus trabalhadores de até 5% de seus lucros e resultados.	Em discussão nos Ministérios do Trabalho, da Fazenda, da Justiça e da Secretária de Assuntos Estratégicos.	Proposta da Comissão Interministerial de Direto do Trabalho. O anteprojeto foi anunciado e divulgado pelo Poder Executivo no Fórum Social Mundial, em janeiro deste ano.